

# CUNHA VAZ & ASSOCIADOS

## CONSULTORES

**Apresentação**  
**Projecto de Código de Bom Governo das Sociedades**  
**Maio 2012**

a minha mãe é mágica,  
ela ilumina milhões de casas

mateo navarro  
filho de colaboradores EDP Espanha

www.edp.pt

edp

Diário **Economico**.pt

www.economico.pt

TERÇA-FEIRA, 29 DE MAIO 2012 | Nº 3433

PREÇO 3,95€ INCLUIÇÃO COM NÍMERO 1,40€ EUROS

EDITORA ANTONIO COSTA EDITORES E DISTRIBUIDORA PORTUGUESA

SECRETARIA-GERAL FRANCISCA FERREIRA DA SILVA

DESAFIO: PEDRO SOARES CARVALHO E MÓNICA OLIVEIRA DE SAUS

**Dia Mundial da Energia** Descubra dez dicas para poupar nos custos e saiba por que o petróleo pode descer 10 dólares se a Grécia sair do euro. – SUPLEMENTO

**Internacionalização** Veja o que leva mais de duas mil empresas nacionais a apostarem no exterior e conheça as mais globalizadas. – SUPLEMENTO

## Depósitos motivam a maioria das reclamações junto da banca

As queixas ao Banco de Portugal devido a problemas com depósitos continuam a crescer. Já os novos créditos à habitação diminuíram em cerca de 44 mil durante o ano de 2011. – p26

Carlos Costa, governador do Banco de Portugal, apresenta o relatório de supervisão comparativa.

## Rothschild ajuda Governo a negociar apoio aos bancos

Banco Rothschild e consultora Oliver Wyman foram contratados para apoiar as negociações com os bancos nacionais no âmbito da recapitalização. – p26

## Reestruturação dos fundos de Bruxelas atinge três mil milhões

O Governo vai redistribuir três mil milhões de euros em fundos comunitários. A reprogramação do QREN, da autoria do secretário de Estado Almeida Henriques (na foto), está pronta e deverá ir a conselho de ministros esta quinta-feira. – p40

## Novo código de governo das empresas é mais simples e flexível

Pressão sobre a banca ameaça afundar economia espanhola

## Câmaras que recorram a linha de apoio vão ter de fixar IMI máximo

QUER MAIS NEGÓCIOS?

saiba mais em: [www.gatewit.com/pt](http://www.gatewit.com/pt)

**GATEWIT**

PSI 30	-0,57%	4.656,10
INDEX 30	-2,77%	6.403,20
FTSE 100	-0,09%	3.395,34
Dow Jones	-0,6%	12.454,63
Euro	-0,24%	1,25
Brent	0,26%	107,11

## Executivo tem 90 milhões para indemnizações nas SCUT e TGV

Três gestoras das antigas SCUT podem vir a receber indemnização de 59 milhões e os condutores do TGV mais 30 milhões. O dossier está nas mãos do secretário de Estado

DEPÓSITO RENDIMENTO IRREGULAR

**A SOLUÇÃO ESTÁ NO BANCO**

TAMBÉM: DEPÓSITO A PRAZO A 90 DIAS

DEPÓSITO DE €1.000 A €50.000 EXCLUSIVO PARA NOVOS CLIENTES

PAGAMENTO ANTECIPADO DE JUROS NÃO MOBILIZÁVEL

**BANIF**

www.banif.pt | 800 300 300

Data: 29 Maio

Media: DE

Chamada de capa



**Paulo Marcelo**  
Desemprego

A lei devia permitir para os trabalhadores mais qualificados a jovens um novo tipo de contrato associado a objetivos. Além de premiar o mérito poderia incentivar uma nova "cultura de contratação". — PP



**Pedro Lino**  
A chantage

As eleições no Grécia em Junho estão a deixar a Europa em grande algarazaz. Pergunto, não estará a Europa a ajustar quem não quer ajuda, e se sim, a que preço? — PP

## Novo código não recomenda tectos nas remunerações das empresas

O Instituto Português de Corporate Governance apresenta hoje um novo código de boas práticas de governo societário. O objectivo é flexibilizar as regras para permitir que todas as cotadas cumpram o código.

António Costa e Alexandra Brito  
antonio.costa@económico.pt

Depois de mais de um ano de polémica é, finalmente, conhecido hoje o novo código de boas práticas de governo societário elaborado pelo Instituto Português de 'Corporate Governance' (IPCG). O documento, com 18 páginas e mais de 50 recomendações, pretende ser uma alternativa ao código de boas práticas da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). O Diário Económico sabe que mais do que estabelecer um vasto conjunto de recomendações, o novo código está assente em princípios gerais que possam adoptados por todas as empresas. O objectivo: flexibilizar as regras de conduta das empresas no mercado e dar algum espaço de manobra às entidades na sua aplicação. "É preferível ter um código mais simples mas que possa ser cumprido por todos, do que ter um código mais exigente e fechado mas que seja de difícil cumprimento por parte das entidades", referiu uma fonte.

Por essa mesma razão, o projecto IPOG não recomenda o estabelecimento de tectos salariais nas remunerações fixas ou variáveis dos gestores das empresas. Nem aconselha a rotação de gestores nos conselhos de administração. Em contrapartida, o projecto do Instituto faz uma recomendação para que as empresas divulguem o número de reuniões realizadas pelos seus órgãos sociais, bem como o registro das presenças nesses mesmos encontros. O documento segue ainda uma filosofia particular: apresenta propostas ou princípios de actuação para serem seguidos em cada uma das áreas de uma empresa — desde os órgãos sociais, passando pela auditoria, pelas assembleias-gerais e relacionamento com acionistas, até às políticas remuneratórias.

A proposta que hoje será apresentada já foi anteriormente enviada à CMVM e à Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM). Este novo código foi feito por uma comissão composta por Pedro Maia, Paulo Câmara, António Gomes Mota, Alexandre Mota Pinto, Jorge Brito Pereira, An-



Na apresentação do novo código esteve João Carlos da Silva e Pedro Maia, coordenadores do trabalho responsável pela elaboração do documento; Paulo Rebelo de Sousa, presidente da Direcção do IPOG, Instituto Português de Corporate Governance (na foto), e Manuel Aguiar, director-geral executivo do IPOG.

**Esta foi a segunda tentativa do Instituto Português de 'Corporate Governance' de ter um código de governo societário próprio.**

tónio Dias e Paulo Bandeira. O modelo de 'governance' inglês e italiano servirão de base para a concepção deste novo código de conduta.

Com esta proposta, as entidades cotadas vão poder escolher qual o código de governo que pretendem adaptar, ou o da CMVM, ou o do Instituto Português de Corporate Governance.

No entanto, o novo código proposto pelo IPOG não está isento de críticas. Uma das mais apontadas é o facto das recomendações dadas do instituto parecerem por excesso de flexibilidade, correndo-se o risco de se cair num código demasiado facilitista. No entanto, os responsáveis pela redacção do documento rejeitam essa ideia e justificam porque: "Tendo em conta os escândalos financeiros que aconteceram nos últimos anos e tendo em conta que as exigências dos mercados são cada vez maiores, não há ninguém que não queira cumprir com as regras de bom governo. Ninguém quer ficar mal na fotografia". ■

### EM NÚMEROS

**18 páginas**

O novo código de bom governo das sociedades tem 18 páginas e mais de 50 recomendações.

### SOBE & DESCE

Bruno Proença  
bruno.proenca@económico.pt



#### Propostas para o crescimento

Há muito que a CIP tem alertado para a necessidade de promover o crescimento económico. Ontem, em mais uma reunião com a 'troika', António Saralva, apresentou um conjunto de medidas concretas para garantir financiamento às empresas. Provavelmente a 'troika' vai chumar mas ficam as propostas com pés e cabeça.

— PP

#### A caminho da ajuda internacional

O Governo espanhol teve ontem um dia complicado. Teve de defender o plano de resgate do Bankia e viu os juros da dívida pública aproximarem-se dos limites do pedido de ajuda internacional.

Espanha parece estar a caminho da ajuda financeira, apesar das afirmações de Rajoy. Vai ser necessário fazer mais do que falar.

— PP



**MARTIFER SOLAR**  
Pure Energy

Praga, República Checa  
2,88 MW

**MW instalados em todo o mundo**

Portugal	Espanha	Itália	Grécia	Rússia
EAU	Francia	Polónia	Colômbia	Estados Unidos
Canadá	Novo Reino Unido	Índia	México	Paraguai
China	Brasil	Paquistão	Argélia	Peru
Roménia	Argélia	Quênia	Algeria	Albânia

Um único "turn-key" desde a conceção até à instalação em cobertura em todo o mundo.

Construção e em projeto em tempo recorde, com as melhores garantias de mercado.

Seja sempre, sério e soberbo.

**Martifer Solar**  
Líder em Minigeração

VISITE-NOS EM [www.martifersolar.com](http://www.martifersolar.com)



Instituto Português de Corporate Governance

Data: 29 Maio

Media: DE

Artigo  
Página 3

# Novo código de 'governance' recomenda diferir salários

Maria Ana Barroso

30/05/12 00:05

1  
leitores



**O novo código de 'corporate governance', apresentado ontem, constitui uma alternativa ao actual código da CMVM.**

"Não é brandura, é flexibilidade", assegurou ontem João Calvão da Silva, um dos coordenadores da elaboração do novo 'Código de Bom Governo Societário', ontem apresentado e que pretende ser uma alternativa às regras da CMVM.

Para Calvão da Silva e Pedro Maia, principais responsáveis pelo documento, o objectivo foi elaborar um código "que seja adaptável, flexível e evolutivo". "É o momento de responsabilizar, sem o facilitismo apenas de pôr a cruz no quadrado", disse ontem Pedro Rebelo de Sousa, presidente da direcção do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), organismo que lançou este novo código.

O responsável explicou que caberá a quem vai utilizar estas regras "explicar como vai cumprir". Ao todo são quinze os princípios que as sociedades que a ele aderirem poderão seguir. Tal como acontece com o código da CMVM, as sociedades terão de dizer no seu relatório anual de 'corporate governance' se cumprem ou não os princípios. Se cumprirem, terão de explicar como o fazem. Estes quinze princípios abrangem matérias como os conflitos de interesse, as



O novo código, lançado por Pedro Rebelo de Sousa, não prevê tectos para as remunerações.

## Comunidade

+ Vistos



+ Vistos

+ Comentados

Passos contraria Borges e recusa "desvalorização adicional dos salários"

72 visitantes

Recapitalização: BCP iguala mínimo histórico e BPI

Data: 29 Maio

Media: DE

[http://economico.sapo.pt/noticias/novo-codigo-de-governance-recomenda-diferir-salarios\\_145579.html](http://economico.sapo.pt/noticias/novo-codigo-de-governance-recomenda-diferir-salarios_145579.html)



**Bolsas**

**O DIA NOS MERCADOS**

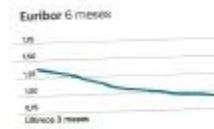
**Dinheiro, activos e dívida**

Divisas: Valor por euro

▼ Euro/Dólar	1,3474
▼ Euro/Libra	0,7984
▼ Euro/Yene	99,97
▲ Euro/Real	2,4902
▼ Euro/Franco Suíço	1,2008

Taxas de juro

— Euribor 3 meses	0,673%
▼ Euribor 6 meses	0,661%



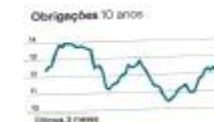
Mercadorias

▼ Petróleo	108,3
▼ Ouro	1654,44

Preço do barril de petróleo e de uma onça de ouro

Obrigações

▼ OT 2 anos	11,931%
▼ OT 10 anos	12,197%



**PSI-20**

Nome da Empresa	Var%	Preço	Volume	Abertura	Máximo	Mínimo	Edição	2010
PSI-20 INDEX	-1,08	4867180	42709979	4621240	4846250	4530480	2,98	-16,87
ALTRISOPG SA	0,88	1,074	66928	1,023	1,034	1,010	1,49	-20,50
BANCO BPI SA	0,26	0,358	595235	0,367	0,367	0,354	0,26	-25,13
BCP	0,99	0,301	1408932	0,303	0,303	0,301	4,00	-25,24
BEG	-2,31	0,446	898176	0,490	0,484	0,454	-1,1	-42,70
BRISA	1,39	2,475	176667	2,530	2,530	2,472	3,29	-2,25
CMOPOR SGPS	0,26	5,415	408186	5,425	5,415	5,294	0,62	1,84
EDP	-2,33	1,674	6754918	1,724	1,729	1,640	6,54	-26,69
EDP RENOVÁVEIS	-4,79	2,242	183420	2,242	2,242	2,172	0,29	-30,77
ES FINANÇAL	-2,12	6,150	32787	6,150	6,150	6,120	0,58	0,00
GALP ENERGIA	1,44	10,200	1071534	10,065	10,260	10,020	6,1	-10,37
JM MARTINS SGPS	1,03	14,035	380287	13,889	14,035	13,905	3,23	8,72
MOTA ENDA	0	1,025	52421	1,048	1,045	1,028	1,62	0,00
PT	-1,4	3,580	3392204	3,300	3,212	3,145	-16,87	-28,54
PT TELECOM	-2,89	1,780	138961	1,840	1,840	1,780	4,74	-3,21
REN	-0,1	1,978	6411	1,976	1,984	1,961	4,49	0,28
SEMAFA	-0,45	6,316	86053	5,253	5,366	5,191	3,99	-3,87
SONARCOM SGPS	0,58	1,549	100035	1,549	1,549	1,529	6,32	-3,43
MONTE INO.	-5,45	0,419	89047	0,404	0,424	0,415	0,55	-34,42
SONAE	-2,01	0,390	44748	0,391	0,388	0,380	-1	-25,03
ZON MULTIMEDIA	-5,02	2,077	83356	2,107	2,120	2,077	-2,70	-10,56

**Diário de bolsa**



Acções

▼ PSI20	-1,08%
▲ Euro Stoxx 50	0,58%
▲ Dow Jones	0,98%

Variação das índices face à sessão anterior

Mais Transaccionadas

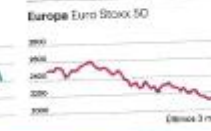
	Volume
BCP	14.089.312
BES	8.661.175
BPI	8.159.918
PT	5.366.204
Edp Renováveis	1.838.435

Melhores

	Variação
Sgalis Energia	1,44%
J Martins Sgpps	1,08%
Ompor Sgpps	0,37%

Piores

	Variação
Sonae Ind.	-5,45%
Edp Renováveis	-4,79%
PT	-3,4%



Relatório sugere novo modelo para a definição das remunerações nas administrações das empresas

# Pagamento total de bónus só depois de comprovado o desempenho dos gestores

## Governação Ana Rute Silva

Uma "parte significativa" da componente variável dos salários dos CEO das cotadas deve ser diferida, defende código do IPOG

Depois de uma primeira tentativa envolta em polémica, o Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) apresentou ontem um novo projecto de código de Governo das Sociedades, que vai estar em discussão pública até meados de Julho. O pagamento diferido no tempo de uma "parte significativa" do bónus e a fixação de regras sobre o máximo de cargos que os administradores devem acumular são algumas das recomendações feitas no projecto, que deixa cair medidas defendidas pela anterior direcção como a aplicação do princípio "uma acção, um voto".

O instituto liderado pelo advogado Pedro Rebelo de Sousa explica que o novo código sobre a boa gestão é "neutro", "adaptável" e "flexível", não assumindo uma posição clara, nomeadamente quanto ao modelo de gestão a seguir pelas grandes empresas (monista, dualista ou anglo-saxónico). Calvão da Silva, que presidia à comissão responsável pela

elaboração do documento, recusou a ideia de que este é um código brando e excessivamente flexível. Confunde-se brandura "com adaptabilidade e flexibilidade", disse, "temos um código diagnóstico", disse, ontem, durante a apresentação das recomendações.

As boas práticas sobre a remuneração a pagar aos executivos resumem-se à defesa de que parte do salário deve ser variável e "reflectir o desempenho sustentado da sociedade". A distribuição não deve estimular "a assunção de riscos excessivos". O código defende, sem especificar, que uma parte da componente variável dos salários deve ser parcialmente diferida no tempo "por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho".

Nos relatórios sobre o Governo da Sociedade, em que são divulgados os salários da comissão executiva e do CEO, as empresas devem "explicitar os critérios" de que depende a confirmação do pagamento do bónus. Além disso, as remunerações auferidas noutras empresas devem também ser divulgadas nos documentos anuais.

O projecto, que deverá ter aprovação final em Setembro, defende mecanismos para prevenir a existência de conflitos de interesses entre gestores e empresa, recomendando que em caso de conflito o executivo

em causa não deve interferir no processo de decisão.

O novo código foi elaborado com a crise económica e financeira como pano de fundo. Calvão da Silva defendeu que "é preciso que as tomadas de risco sejam mais sensatas", para evitar "consequências dramáticas". "Há uma mudança de paradigmas", sublinhou Pedro Rebelo de Sousa. "Há princípios importantes a cumprir e quem os segue vai explicar como os vai cumprir", disse o presidente do IPCG, sublinhando que este é o "ADN do projecto".

Em 2009, e liderado na altura por Rui Vilar, o instituto lançou um anteprojecto de código de bom governo das sociedades, na sequência da publicação, em 2006, do Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal.

Um ano depois, a versão final do documento foi recusada por um grupo de oito grandes empresas que integram o principal índice da Bolsa de Lisboa, que se desvincularam do IPCG. O BES, uma das empresas fundadoras, emitiu uma comunicação, manifestando discordância com o teor do código que era "de uma imensa complexidade e extensão". A saída das cotadas, onde se inclui a PT, a Mota-Engil, a Brisa ou a Jerónimo Martins, motivou a demissão dos órgãos sociais do IPCG. Estas empresas já não constam da lista de associados da entidade.

Data: 30 Maio

Media: PÚBLICO

Artigo

Página 30

Secção Economia



Instituto Português de Corporate Governance

**FINANÇAS**

**OBRIGAÇÕES**

**Gestora PIMCO acredita que está a formar-se bolha especulativa na dívida alemã**

Andrew Bosworth, da PIMCO, a maior gestora de activos do mundo, diz que está a começar a formar-se uma bolha especulativa em torno do mercado de obrigações públicas alemãs, à medida que Espanha se aproxima de um resgate financeiro internacional. "O mundo está à procura das obrigações alemãs como única obrigação com triplo A que sobrou. Se isto é uma bolha? Penso que estamos a assistir ao início de uma nesse mercado", admitiu Andrew Bosworth.



A peça foi arrematada por um valor recorde.

**LEILÃO**

**Salva de prata é vendida em leilão por 310 mil euros**

Uma salva de prata dourada portuguesa, de finais do século XV, foi vendida na segunda-feira por 310 mil euros, num leilão da Cabral Moncada realizado em Lisboa. De acordo com a leiloeira, a salva de pé baixo, do período de transição do Gótico para a Renascença, tinha uma base de licitação de 100 mil euros e acabou por ser arrematada por 310 mil euros. O anterior recorde nacional coube a uma salva semelhante, vendida em 2007, por 240 mil euros.



O novo código, lançado por Pedro Rebelo de Sousa, não prevê tectos máximos remuneracionais.

Paolo Alessandro Casella

**ALGUNS DOS PRINCÍPIOS DO NOVO CÓDIGO**

- "As sociedades (...) devem tratar de forma equitativa os accionistas e restantes investidores (...)".
- "As sociedades devem ser dotadas de estruturas directorais claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões".
- "Os administradores deverão criar as condições para que (...) seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes (...)".
- "Devem existir mecanismos para prevenir (...) conflitos de interesse entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade; o membro em conflito não deve intervir no processo de decisão".
- "A sociedade deve prestar informação (...) sobre o grau de acolhimento das recomendações (...) em caso afirmativo, por que forma e, em caso de não observância, quais as razões".
- "O envolvimento dos accionistas no governo societário constitui um factor positivo de governo societário (...)".
- "Os membros dos órgãos com funções de supervisão devem exercer, de modo efectivo e criterioso, uma função supervisora e de estímulo à gestão executiva (...)".
- "A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo".
- "A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair (...) profissionais qualificados (...)".
- "Uma parte deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos" e "deve ser parcialmente diferida no tempo".
- "Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos".

**Novo código de governance "não é brando, é flexível e evolutivo"**

**Rebelo de Sousa apresentou ontem um código que será uma alternativa ao da CMVM. As contas de 2012 das empresas já poderão seguir as novas regras.**

**Maria Ana Barros**  
maria.barros@economiaport.pt

"Não é brandura, é flexibilidade", assegurou ontem João Calvão da Silva, um dos coordenadores da elaboração do novo 'Código de Bom Governo Societário', ontem apresentado e que pretende ser uma alternativa às regras da CMVM. João Calvão da Silva e Pedro Maia, principais responsáveis pelo documento, o objectivo foi elaborar um código "que seja adaptável, flexível e evolutivo".

"É o momento de responsabilizar, sem o facilismo apenas de pé a cruz no quadrado", disse ontem Pedro Rebelo de Sousa, presidente da direcção do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), organismo que lançou este novo código.

Como acontece com o código da CMVM, as sociedades terão de dizer no seu relatório anual de 'corporate governance' se cumprem ou não os princípios. Se cumprirem, terão de explicar como o fazem. Estes quinze princípios abrangem matérias como os conflitos de interesse, as remunerações ou a gestão do risco (ver caixa ao lado).

Para os responsáveis, a acção "é um código adaptado à realidade societária portuguesa e adaptável à realidade de cada sociedade", que não implica alterações estatutárias por parte das empresas, defendem os responsáveis.

tualidade reforça a pertinência deste novo código de governo societário, "o primeiro totalmente emanado da sociedade civil e que pretende constituir uma alternativa ao actual código da CMVM", sublinham. "Com a crise surgida em 2007, tornou-se ainda mais actual o tema de 'corporate governance'. As empresas não vivem isoladas; têm uma função social", lembrou Calvão da Silva. Para este professor: "o facto é legítimo mas também existe o direito de exigir um desenvolvimento sustentável das empresas".

Quanto às questões que distinguem este código do já existente, os responsáveis destacaram, por exemplo, o facto de o seu cumprimento não implicar alterações estatutárias por parte das empresas. Por outro lado, é recomendado que a remuneração paga aos órgãos de gestão e fiscalização seja "parcialmente diferida no tempo", na sua componente variável. Sendo que não são definidos tectos.

Ainda não está totalmente definido a quem caberá fiscalizar o seu cumprimento, sendo possível que seja a própria CMVM a fazê-lo.

A proposta do novo código vai estar agora em consulta pública até julho, seguindo-se as eventuais alterações a fazer. A versão final deve estar pronta entre Setembro e Outubro.

Os responsáveis acreditam que, nos seus relatórios do exercício de 2012, a elaboração em 2013, as empresas possam já escolher entre a regulamentação da CMVM e a do IPGC.

Pedro Rebelo de Sousa não exclui a hipótese de, mais tarde, consoante ceteris o lançamento deste novo código (para empresas privadas, cotadas ou não), se vir a dinamizar um código específico para "empresas fechadas", incluindo empresas públicas. Sobre as recentes notícias de cortes nas remunerações da gestão da CGD, o também administrador do banco estatal não quis fazer comentários. ■

Data: 30 Maio

Media: DE

Artigo  
Página 44  
Secção Finanças

## “Há falta de responsabilização” em muitas administrações



Instituto Português de Corporate Governance elaborou um código para melhorar a forma como as empresas portuguesas devem ser geridas.

03-06-2012 11:19 por Paulo Neves

f Partilhar 3 f Like 0  
g+ Partilhar 0 g+1 0  
Tweet 0 Comentar 0



Áudio Pedro Rebelo de Sousa apela à transparência nas empresas



Instituto Português de Corporate Governance

Data: 30 Maio

Media: RR

[http://rr.sapo.pt/informacao\\_detalle.aspx?fid=24&did=64850](http://rr.sapo.pt/informacao_detalle.aspx?fid=24&did=64850)



Fonte



## SAIBA MAIS

- **Empresários cristãos apelam a que não se façam despedimentos**
- **Saída para a crise não pode 'sacrificar os mais desfavorecidos'**
- **Passos Coelho prometeu à "troika" acelerar reformas estruturais**
- **"Amor ao próximo" deve ser critério de gestão**

## Renascença.

Na **proposta do instituto** lê-se que "o IPCG disponibiliza a todas as sociedades uma alternativa ao Código de Governo divulgado pela CMVM", pretendendo assim, mediante "adesão voluntária", oferecer soluções de gestão.

Este "código de honra" é de observância facultativa. A proposta contem alguns traços gerais acerca de objectivos de rigor e transparência no que toca a gestão de risco, uma série de normas para enquadrar a informação financeira e a sua fiscalização, e faz ainda a defesa das boas práticas de auditoria externa.

Questionado sobre o trabalho que ainda há a fazer nas empresas, o advogado defende que "já está feito muito". "Hoje nas cotadas está muito trabalho feito, nas não cotadas há menos, sem dúvida."

Para Pedro Rebelo de Sousa, presidente do Instituto Português de Corporate Governance, (IPCG), "há falta de responsabilização" em muitas administrações de empresas, especialmente empresas não cotadas em bolsa.

O IPGC elaborou um novo código empresarial que defende melhor informação e transparência nas nomeações e nas incompatibilidades e igualmente uma maior transparência nos vencimentos das administrações. "Eu quero saber se a pessoa que está do outro lado tem regras básicas de bom funcionamento societário, com transparência, que possa ser clara no sentido de poder diminuir conflitos de interesse", defende Pedro Rebelo de Sousa, em declarações à



Instituto Português de Corporate Governance

Data: 30 Maio

Media: RR

[http://rr.sapo.pt/informacao\\_detalle.aspx?fid=24&did=64850](http://rr.sapo.pt/informacao_detalle.aspx?fid=24&did=64850)



O Agregador da Advocacia ▶ Actual ▶ Corporate governance com código alternativo

## Corporate governance com código alternativo



30 maio 2012

Normal 0 21 false false false PT X-NONE X-NONE



Um código adaptável, flexível e evolutivo – é esta a filosofia que preside ao “Código do bom comportamento societário”, concebido pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) como alternativa às regras da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Ao apresentar o código, ontem em Lisboa, o presidente do IPCG, Pedro Rebelo de Sousa, afirmou que este “é o momento de responsabilizar, sem o facilitismo apenas de pôr a cruz no quadrado”.

Ao todo, são 15 as regras inscritas no novo código que as sociedades a que ele aderirem terão de respeitar, abrangendo matérias como os conflitos de interesse, as remunerações ou a gestão do risco. E, tal como acontece com o código da CMVM, terão, nomeadamente, de mencionar, no seu relatório anual de *governance*, se cumprem ou não os princípios. E se cumprirem terão de explicar como o fazem.

Data: 30 Maio

Media: Advocatus

<http://www.advocatus.pt/actual/5722-corporate-governance-com-codigo-alternativo.html>



Data: 30 Maio

Media: ETV

Link:  
<http://www.youtube.com/watch?v=JuRY4jDWtmc&feature=youtu.be>

Programa: Primeira Hora

Duração: 06'49"

EMPRESAS COTADAS

# Novo código de governo das sociedades é mais “light” mas “exigente”

Regulador do mercado começa a analisar a nova versão do documento que em 2010 abalou a estrutura do IPCG

**MIGUEL PRADO**  
Especialista em direito societário

Na primeira semana em que Portugal conheceu a reestruturação da tutela ao plano de assistência financeira, o IPCG - Instituto Português de Corporate Governance - submete ao conselho de Administração do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) o seu novo projecto de Código de Governo das Sociedades. É uma espécie de versão “light” do documento de 2010, que afetou grandes cotadas do IPCG, ficando a cargo de Paulo Câmara, então presidente do Conselho de Administração do CMVM, de assegurar que ele não é um mero conjunto de regras, mas sim um conjunto de princípios que orientará a prática da governação das sociedades.

Em que tem sido um código que nasceu em torno da própria CMVM, dando-lhe total independência de qualquer projecto de regulamentação a seguir. Mas o princípio “copy or explain” manteve-se e os assuntos de governação são recomendados ou explicitamente exigidos por lei ou estatuto.

O projecto de Código de Governo das Sociedades (CGS) acaba de colocar em discussão pública o seu conteúdo através de uma reunião pública do Conselho de Administração do CMVM, liderada pelo director-geral executivo do IPCG, Manuel Aguiar. “Estamos a fazer um exercício de transparência e de abertura de forma facilitada”, afirmou o responsável, sublinhando que “este código não é menos exigente do que o anterior”.

A adesão a um código independente da CMVM é possível desde que as recomendações e práticas obrigatórias não sejam inferiores ao do regulador.

A versão anterior do texto do IPCG, que nunca chegou a ser aprovada, passou por dezagradáveis (BES, EDP, PT, Mota-Engil, Beka, Arçimovis e Morfins) e só se pôde completar o documento. “Quando Dr. João Talone fez foi um código com 206 recomendações”, lembra Paulo Câmara, sócio da Sécure de Investimentos, que participou na redacção do novo projecto. O responsável

em governo societário sublinha a existência do novo texto, assim entendido que “este código não prescreve regras rígidas mas sim tem “flexibilidade” de acordo com o tipo de sociedade e o seu tamanho”.

João Talone ainda não analisou o novo projecto do IPCG, mas continua a acreditar que Portugal precisa de um código de conduta privada. “Somos os países da Europa que não têm. Facto do sentimento”, disse João Talone ao *Magis*.

Paulo Câmara afirma que o novo código do IPCG “é um texto bem calibrado”. O advogado acrescenta que “se o documento “mais exigente” poderá atrair as empresas que não conseguiram em 2010. Ora, um primeiro sinal disso é que o AIGM - Associação de Investidores em Mercado, onde estão representadas todas as cotadas portuguesas já terá acedido favoravelmente a esta iniciativa do IPCG.

**O longo caminho dos códigos**

O longo caminho dos códigos de conduta das empresas em Portugal tem sido marcado por sucessivos ciclos de revisão e actualização. O primeiro código de recomendações do governo societário português foi criado em 1992, no âmbito do trabalho desenvolvido pela Comissão de Estudos do Conselho de Regulação do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Mais tarde, em 1998, o Conselho de Regulação do Mercado de Valores Mobiliários aprovou o primeiro código de recomendações do governo societário português na Europa, nota Paulo Câmara ao dizer “Código de Governo das Sociedades Anterior” (França em 1998, Holanda em 1997, Bélgica e Espanha em 1998, Portugal, Grécia e Itália em 1999) durante “vários” anos tem sido os seus próprios códigos.

Em Portugal o CMVM aprovou em 1999 as primeiras 17 recomendações. Em 2006, o código evoluiu e passou a ter um conjunto de 206 recomendações e 42 as recomendações da CMVM, assim como que viria a crescer, ultra passando hoje as 50 orientações.

**Vejo aqui um código mais equilibrado, que tem condições de atrair as empresas.**

**PAULO CÂMARA**  
Presidente do Sécure & Associados

**Estamos absolutamente convictos de que este código não é menos exigente do que o anterior.**

**MANUEL AGUIAR**  
Director-geral executivo do IPCG

**Somos dos poucos países da Europa que não têm um código privado. Faz todo o sentido ter.**

**JOÃO TALONE**  
Ex-presidente do IPCG



Paulo Câmara de Sécure. O seu projecto do IPCG lidera o processo que culminou num novo pacto de regulamentação das cotadas.

**AS DUAS VERSÕES FRENTE A FRENTE**

<b>1</b> RECOMENDAÇÕES SOBRE RELAÇÃO COM ACCIONISTAS	<b>2</b> RECOMENDAÇÕES RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO
--	--

**PROPOSTA DE 2010**

O regulamento da administração deve estabelecer um que tenha sido aprovado pelo conselho de administração. A recomendação do presidente da mesa da AG deve constar do relatório de governo. No caso de internet de contacto devem estar as arquitecturas de AG e assim em relação ao poder exercido pela mesa da sociedade.

A administração deve ter um regulamento interno para o funcionamento do órgão executivo. Se houver poderes delegados na administração, as funções de gestão financeira devem estar separadas das de gestão do sistema de riscos. Os executivos que também tenham cargos executivos fora do grupo têm de ser autorizados para tal.

**PROPOSTA DE 2011**

O anterior projecto do IPCG tinha recomendações que não estão no actual que não deviam existir limitações estatutárias ao direito de voto e que não fossem emitidas acções que privilegiassem ou desfavorecessem accionistas. Abaixo as recomendações que os institucionais revêem as listas de governo consideradas mais adequadas.

Em 2010 havia orientações que referiam que “ações prioritárias” da administração executiva, que já não são identificadas no novo projecto. Recomendava-se um mínimo de três administradores executivos. E só no caso de “reservas” com a maioria de capitais, o código faz as recomendações para a administração, que agora caem.

Data: 4 Jun

Media: Jornal de Negócios

Secção: Empresas

Macroeconomia

Mercados

Artigos de Opinião

Entrevistas

 Subscrever  
newsletter

## AEM apoia código da governança

**Poupar&Investir**


31/05/12, 19:56

OJE

A AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado considera positivos todos os contributos que, em articulação com as iniciativas que a própria Associação tem vindo a desenvolver nesta matéria, possam ajudar ao debate e à reforma das regras nacionais sobre o governo das sociedades.

Em nota, Abel Sequeira Ferreira, director executivo da Associação, explica que "a AEM vê como tendencialmente positiva a possibilidade de introdução no ordenamento nacional de um ou mais Códigos que possam cumprir o papel e vocação de código de governo oriundo da sociedade civil." Neste contexto, a AEM apresentou, ainda na fase de anteprojecto, algumas dezenas de sugestões de aperfeiçoamento ao Código agora divulgado pelo IPCG, congratulando-se com o facto de uma parte significativa das mesmas ter sido acolhida.

A AEM regista igualmente o espírito de boa cooperação daquele Instituto ao longo do processo de desenvolvimento do Código, bem como a evolução construtiva do novo Projecto, que, em comparação com o seu predecessor, se mostra mais realista e adaptado à realidade que visa abranger.

Data: 4 Junho

Media: OJE.pt

 Secção: Poupar &  
Investir



Instituto Português de Corporate Governance

---

**Data: 4 Junho**

**Media: OJE.pt**

**Secção: Poupar &  
Investir**